

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RI
DISCIPLINA: ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

2º semestre 2022

Revisão: PAEG (1964-1967)

1. Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), implementado pelo Governo Castello Branco, é CORRETO afirmar que:

(0) Esteve centrado no combate à inflação e por isto não estabeleceu metas de crescimento econômico.

(1) Diagnosticou como causas da inflação o déficit público, a expansão do crédito às empresas e os reajustes salariais em proporção superior ao crescimento da produtividade.

(2) Teve na política salarial um dos principais componentes da estratégia de combate à inflação, política essa que provocou a redução do salário mínimo real.

(3) Promoveu o financiamento do crescente déficit público por meio da venda de títulos do governo, evitando assim o impacto inflacionário do déficit.

~~(4) Propôs um conjunto de reformas institucionais que incluíam a reforma do sistema financeiro, do setor externo e do setor agrícola.~~

Resolução:

(1) Verdadeiro. (2) Verdadeiro.

A política salarial introduzida pelo governo à época previa reajustes anuais de salários, de modo a manter o salário médio real dos 24 meses anteriores, acrescidos de uma estimativa do aumento da produtividade no ano e de metade da inflação prevista para o ano seguinte.

(3) Verdadeiro.

Tal financiamento tornou-se possível com a criação das ORTNs (títulos do governo com correção monetária) a partir da Lei no 4.357, de 16/7/1964.

(4) Falso.

Não está clara a razão para o gabarito oficial da Anpec indicar a resposta correta

para este item como sendo “Falso”. O Paeg, de fato, incluiu reformas nas três áreas assinaladas no enunciado, a saber: sistema financeiro (p. ex., a criação do Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Sistema Financeiro de Habitação); setor externo (unificação da taxa de câmbio, reforma da legislação sobre investimento estrangeiro no país; facilitação da captação, por parte de bancos e empresas não financeiras, de recursos no exterior); e setor agrícola (Estatuto da Terra e promulgação da Emenda Constitucional no 10, permitindo a desapropriação de terras com o pagamento em títulos especiais da dívida pública). Uma possibilidade para a Anpec considerar que este item é falso seria tomar o Estatuto da Terra e a Emenda Constitucional no 10 como exemplos de política fundiária e não, propriamente, agrícola.

2. O Paeg teve dois eixos de ação. Um deles foi o eixo emergencial; o outro, o eixo de ações estruturais.

Sobre o Paeg, são CORRETAS as afirmativas:

(0) O Plano estabeleceu um rígido controle de tarifas e preços públicos, visando à obtenção de resultados mais rápidos no combate à inflação.

(1) O diagnóstico que orientou as ações emergenciais foi de que a inflação, que se encontrava em processo de aceleração, decorria tanto de pressões de demanda, oriundas de gastos descontrolados do governo, quanto de custos, provocadas por reajustes salariais acima dos aumentos de produtividade.

(2) As ações estruturais focalizaram as condições de financiamento da economia.

(3) O plano reintroduziu o regime de taxas cambiais únicas que permaneceu até sua substituição pela política de minidesvalorizações em 1968.

(4) O plano preconizava ações de ampliação da base de financiamento da União.

Resolução:

(0) Falso.

Na realidade, o Plano promoveu uma recomposição (aumento) do valor real das tarifas públicas, em um processo conhecido como “inflação corretiva”.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A reforma do Sistema Financeiro Brasileiro, com a criação, dentre outros, dos bancos de investimento e das sociedades de crédito e financiamento (as chamadas “financeiras”), visou estimular, respectivamente, o financiamento privado de longo prazo e o crédito ao consumidor. Do lado governamental, a criação do Sistema Financeiro de Habitação objetivou ampliar a concessão de crédito para a construção habitacional e a infraestrutura urbana. Já a introdução das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNs –, permitiu uma forma não inflacionária de financiamento para o setor público federal. A esta se somaria uma reforma tributária – com a modernização do sistema de impostos – que levaria à ampliação das receitas da União.

(3) Falso.

Antes da década de 1990, a taxa de câmbio no Brasil jamais deixou de ser fixa (mesmo a partir de 1968, quando ela passou a ser reajustada periodicamente – crawling peg). Sendo assim, tal regime não poderia ter sido “reintroduzido” pelo Governo Castello Branco.

(4) Verdadeiro.

Ver item 2, acima.

3. A política salarial foi um dos pontos fundamentais do Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco (Paeg). A respeito da política salarial do Paeg são CORRETAS as afirmativas:

- (0) Tal política iniciou um processo de redução do salário mínimo real, que até então vinha se elevando.
- (1) Seus efeitos estenderam-se de imediato aos setores público e privado.
- (2) Não havia mecanismos de correção em caso de subavaliação do “resíduo inflacionário”. Essa correção só ocorreria, posteriormente, no Milagre.
- (3) A despeito da queda do salário mínimo real, a redução da inflação operada a partir do Paeg permitiu que os salários reais médios da indústria se elevassem.
- (4) A política salarial estabeleceu o princípio da anuidade dos reajustes.

Resolução:

- (0) Falso.

Na realidade, a queda do salário mínimo já vinha ocorrendo desde 1961, tendo acumulado 20% entre 1961-1964.

- (1) Falso.

De início (1965), a política vigorou apenas no setor público, sendo estendida no ano seguinte ao setor privado.

- (2) Verdadeiro.

- (3) Falso.

Os salários reais pagos na indústria caíram entre 1964-1967.

- (4) Verdadeiro.

4. Entre as causas da desaceleração do crescimento econômico entre 1962 e 1967, incluem-se:

- (0) O déficit fiscal resultante do aumento substancial dos investimentos das empresas estatais no Governo João Goulart.
- (1) A redução da taxa de crescimento dos investimentos em virtude da conclusão dos grandes projetos do período anterior e da existência de capacidade ociosa em diversos setores.
- (2) A elevação da carga tributária promovida pelo Governo Castelo Branco.
- (3) A “inflação corretiva”, que resultou do aumento dos salários reais promovido pelo Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg).

(4) O baixo coeficiente de exportação das indústrias instaladas no país, cujas exportações foram insuficientes para compensar a desaceleração da demanda interna, depois do Plano de Metas.

Resolução:

(0) Falso.

As empresas estatais não elevaram significativamente os seus investimentos no período, devido ao represamento das tarifas públicas de transportes, energia, combustíveis etc.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

O aumento da carga tributária, dentro das reformas do Paeg, constituiu um dos choques de custos promovidos por aquele plano de estabilização.

(3) Falso.

A “inflação corretiva” observada no Governo Castello Branco não resultou de aumentos reais de salários (estes, na realidade, caíram no período), mas sim do “realismo tarifário” que passou a ser praticado nas empresas públicas e da desvalorização da taxa de câmbio (“realismo cambial”).

(4) Verdadeiro.

As exportações industriais brasileiras só iriam aumentar, de fato, a partir do final da década de 1960, com base em política cambial mais agressiva (minidesvalorizações) e incentivos fiscais e creditícios.

5. A respeito do Plano de estabilização e de reformas estruturais do Governo Castello Branco, são CORRETAS as afirmativas:

(0) O Plano reintroduziu o regime de taxas fixas de câmbio, que vigorou até sua substituição pelo regime de minidesvalorizações, em 1968.

(1) O combate à inflação foi facilitado pela redução das margens de lucro das empresas estatais.

(2) A reforma financeira segmentou o sistema financeiro, por exemplo, separando bancos comerciais e bancos de investimento.

(3) A superação da crise cambial foi facilitada pelo controle das remessas de lucro de filiais de empresas estrangeiras.

~~(4) O governo reatou laços com o Fundo Monetário Internacional e aceitou a concepção gradualista de combate à inflação proposta pelo FMI.~~

Resolução:

(0) Falso.

Antes da década de 1990, a taxa de câmbio no Brasil jamais deixou de ser fixa

(mesmo a partir de 1968, quando passou a ser reajustada periodicamente). Sendo

assim, tal regime não poderia ter sido “reintroduzido” pelo Governo Castello Branco.

(1) Falso.

As margens de lucro das empresas estatais, na realidade, aumentaram no Governo Castello Branco, a partir da recomposição dos preços das tarifas públicas .

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O tratamento do capital estrangeiro foi bem mais liberal no período, pondo fim aos controles sobre a remessa de lucros que caracterizaram a legislação durante o Governo João Goulart.

(4) Questão Anulada

A afirmação é, inequivocamente, falsa. A “ruptura” com o FMI não sobreviveu ao final do Governo JK. Adicionalmente, o Fundo se opôs à abordagem gradualista de combate à inflação, que caracterizou a política econômica do Governo Castello Branco.

6. O Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) desde sua divulgação provocou um debate acadêmico sobre seu caráter ortodoxo ou não, o qual dividiu os economistas. Ponderando-se os argumentos de ambos os lados, pode-se dizer que o plano:

(0) Tendo contado como seus principais elaboradores economistas da tradição Cepalina, contrariou a ortodoxia ao propor um conjunto de reformas institucionais e ao desconsiderar a oferta monetária como uma das principais causas da inflação.

(1) Divergiu da ortodoxia, dentre outros motivos, por admitir a possibilidade de convivência com a inflação.

(2) Se aproximou da ortodoxia por ter priorizado o controle da inflação, admitindo em sua formulação que o contexto inflacionário da época tornava incompatível a queda da inflação com manutenção do crescimento.

(3) Se aproximou da ortodoxia ao admitir o déficit público como uma das causas básicas da inflação e ter implementado uma política que ao mesmo tempo reduziu a relação déficit público/PIB e diminuiu a participação da emissão de papel-moeda em seu financiamento .

(4) Inspirou-se em modelos tidos como ortodoxos, ao admitir os salários como uma das variáveis causadoras da inflação e ao propor a não interferência governamental no mercado de trabalho, o que resultou em queda dos salários reais.

Resolução:

(0) Falso.

Os principais elaboradores do Paeg – Eugenio Gudín, Octávio G. de Bulhões,

Roberto Campos e Mario H. Simonsen – não estão associados à tradição cepalina. Além disso, é fato que identificavam explicitamente as origens do problema inflacionário na expansão excessiva da moeda e do crédito e na majoração dos salários acima dos ganhos de produtividade.

(1) Verdadeiro.

A própria introdução do mecanismo de correção monetária, com as ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), caracterizaria esta disposição em conviver com algum grau de inflação.

(2) Falso.

Para os formuladores do Plano, a abordagem gradualista à estabilização permitia, justamente, a redução paulatina da inflação em meio à expansão do PIB (prevista por eles em 6% a.a. no biênio 1965-1966).

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

O governo interveio, sim, no mercado de trabalho, ao promulgar regra compulsória de reajustes salariais. Por esta regra, “o salário reajustado deveria ser igual ao valor do salário real médio dos últimos 24 meses, acrescido dos ganhos de produtividade do ano anterior, mais a metade da inflação prevista pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário)” [Resende (1990), p. 217].

7. Em importante estudo sobre a economia brasileira na década de 1960, Simonsen defende que a política anti-inflacionária adotada pelo Paeg apresentou as seguintes características:

(0) Era uma política gradualista de combate à inflação e assemelhava-se, neste aspecto, à proposta, embora não implementada, do Plano Trienal do Governo Goulart.

(1) Teve na política salarial um de seus instrumentos mais importantes, e tinha por objetivo manter o nível do salário real médio verificado no período imediatamente anterior.

(2) Contemplava a racionalização do sistema tributário e da arrecadação, além da recuperação do prestígio da dívida pública.

(3) Implantou o que veio a ser chamado de “inflação corretiva”, isto é, uma série de altas de preços com o objetivo de corrigir distorções acumuladas no passado e que atenuaria a dependência de alguns setores produtivos em relação aos subsídios governamentais.

(4) A orientação gradualista adotada para combater a inflação recusava o congelamento geral dos salários e a imediata eliminação do déficit público, embora reconhecesse que este era uma das causas da inflação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Paeg falava em “conter progressivamente o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando-se um razoável equilíbrio de preços em 1966”. O Plano Trienal também previa uma redução gradual da inflação, que deveria cair para 25% em 1963, “visando alcançar 10% em 1965”.

(1) Falso.

Na realidade, a política salarial do Paeg objetivava manter a participação dos salários no PIB e impedir que os reajustes salariais se dessem a taxas superiores ao crescimento da produtividade e, com isso, realimentassem o processo inflacionário. Na prática, porém, o governo subestimou a inflação esperada e os ganhos de produtividade médios, resultando em salários reais menores – o que contribuiu para a redução da inflação, mas também para a piora da distribuição de renda.

(2) Verdadeiro.

O Paeg modernizou o sistema tributário brasileiro e, com a criação do instituto da correção monetária, fomentou o desenvolvimento de um mercado de títulos da dívida pública (baseado nas ORTNs – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

(3) Verdadeiro.

A “inflação corretiva” era uma decorrência lógica do objetivo de se praticar um “realismo tarifário”, isto é, preços de tarifas de serviços públicos que refletissem os verdadeiros custos de provê-los.

(4) Verdadeiro.

Ao reconhecer o papel, sobre a inflação, do financiamento monetário do déficit público, o Paeg demonstrava seguir um diagnóstico tradicional (“ortodoxo”) do

fenômeno. O combate gradual à inflação, porém, distanciava os seus formuladores da abordagem de choque preconizada, por exemplo, pelos técnicos do FMI.

8. Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco (Paeg), é CORRETO afirmar:

(0) Adotou uma típica estratégia de “choque” anti-inflacionário, em virtude do elevado nível atingido pela inflação em 1964.

(1) A eficácia do programa anti-inflacionário articulado pelas políticas fiscal, monetária e salarial foi parcialmente prejudicada pela “inflação corretiva” gerada pela introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais em 1965.

(2) Adotou uma política de reajuste salarial pelo pico do salário real do período anterior e não pela média verificada para esse período.

(3) A “inflação corretiva” do período estava associada a iniciativas que, embora alimentassem a inflação no curto prazo, esperava-se que contribuíssem no médio prazo para aliviar as pressões inflacionárias.

(4) Postulava que a causa principal da inflação era o excesso de demanda, mas que limitações de oferta também contribuíam para o aumento de preços.

Resolução:

(0) Falso.

Os formuladores do Paeg optaram por uma estratégia gradualista de combate à inflação, em oposição ao choque proposto pelos técnicos do FMI.

(1) Falso.

A “inflação corretiva” não tinha nada a ver com a introdução de um sistema de minidesvalorizações cambiais (que, de resto, só seriam implementadas em 1968), e sim com o impacto que os reajustes de tarifas públicas e taxa de câmbio teriam sobre os preços domésticos.

(2) Falso.

A fórmula de reajuste salarial introduzida em 1965 corrigia os salários de forma a recompor o salário real médio dos 24 meses anteriores, acrescido dos ganhos de produtividade e de uma estimativa da inflação futura.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Além do excesso de demanda oriundo do setor público, os formuladores do Paeg

enxergavam elementos de custos importantes como causadores da inflação, a exemplo de salários reajustados acima da variação da produtividade, o custo do capital, baixa produtividade agrícola, custos de transporte etc.

9. No período entre 1964 e 1967, a economia brasileira passou por inúmeras mudanças institucionais. Entre elas podemos mencionar a criação:

- (0) Do Comitê de Política Monetária, ao qual caberia definir a taxa de juros e normatizar o sistema financeiro.
- (1) Do Sistema Financeiro da Habitação e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN.
- (2) Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ao qual caberia, entre outras funções, o financiamento de longo prazo.
- (3) Das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, conhecidas como “financeiras”, às quais caberia o financiamento ao consumidor.
- (4) Da Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (COFIE), que facilitou e normatizou fusões e incorporações, principalmente de instituições financeiras.

Resolução:

(0) Falso.

O Copom seria instituído apenas em 20 de junho de 1996, por meio da Circular no 2.698 do Bacen.

(1) Verdadeiro.

Este gabarito é questionável. As “financeiras” foram criadas ao final de 1959, ainda que só viessem a ter maior importância após as reformas do Paeg.

(2) Falso.

O BNDE fora criado em junho de 1952, no segundo Governo Vargas.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

A Cofie seria criada apenas em setembro de 1974, pelo Decreto-Lei no 1346.

10. A respeito do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), é CORRETO afirmar:

- (0) A política salarial propunha recompor o pico verificado no reajuste anterior, embora, na prática, este objetivo não tenha sido alcançado.
- (1) A estratégia anti-inflacionária tinha um caráter gradualista, exatamente como sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).
- (2) Procurou enfraquecer a negociação direta entre assalariados e empregadores como meio de definir o nível de salários.

(3) Segundo Mario Henrique Simonsen, a política de crédito deveria impedir os excessos da inflação de procura, mas deveria adaptar-se à irreversibilidade da inflação de custos.

(4) Incorporou, em sua formulação, a regra do repasse dos aumentos de produtividade aos salários.

Resolução:

(0) Falso.

A partir do Paeg, os salários passaram a ser corrigidos de forma a recompor o seu valor médio nos 24 meses anteriores ao reajuste, acrescido da produtividade e do ‘resíduo inflacionário’.

(1) Falso.

Na realidade, a proposta de uma abordagem gradualista no combate à inflação, que partira da equipe econômica, entrou em confronto com os técnicos do FMI, que eram favoráveis a um choque de estabilização.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal pergunta exigia do candidato lembrar de passagem do livro Inflação: gradualismo x tratamento de choque, de M. H. Simonsen [ver Simonsen (1970)]. Lê-se ali que: “(...) A política de crédito às empresas será suficientemente controlada, para impedir os excessos da inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à irreversibilidade da inflação de custos” (p. 24).

(4) Verdadeiro.

Tais aumentos deveriam se somar ao salário real médio apurado nos 24 meses anteriores ao reajuste (ver item 0, acima).